

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

ANEXO II DA PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)	R\$ 1,00
0100- Recursos Ordinários	121.735.018,08	31.959.989,00	89.775.029,08	
0150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	958.786,58	-	958.786,58	
0195- Doações de Entidades Internacionais	212.500,00	-	212.500,00	
0300- Recursos Ordinários	8.902,69	3.181,27	5.721,42	
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DEST. DE RECURSOS (I)	122.915.207,35	31.963.170,27	90.952.037,08	
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS - CAUÇÃO	47.826,92	47.826,92	-	
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	47.826,92	47.826,92	-	
TOTAL (III) = (I + II)	122.963.034,27	32.010.997,19	90.952.037,08	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	

FONTE: SIAFI - DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

ANEXO III DA PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0100 - Recursos Ordinários	15.150,41	559.802,70	3.805.238,00	73.104.204,36	89.775.029,08	
0150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados					958.786,58	
0195 - Doações de Entidades Internacionais			3.181,27	212.500,00	212.500,00	
0300 - Recursos Ordinários				5.721,42	5.721,42	
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DEST. DE RECURSOS (I)	15.150,41	562.983,97	3.805.238,00	73.322.425,78	90.952.037,08	
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	15.150,41	562.983,97	3.805.238,00	73.322.425,78	90.952.037,08	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	-	-	

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Nota : 1- A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

ANEXO IV DA PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	30.150.840,85	0,004596%
Limite Máximo (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 0,017000%	111.536.017,06	0,017000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,016150%	105.959.216,21	0,016150%
Limite Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,015300%	100.382.415,35	0,015300%
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total	77.127.663,78	90.952.037,08

SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA  
Diretor-GeralSALATIEL GOMES DOS SANTOS  
Secretário de Controle InternoWERNNE PEREIRA E SILVA  
Secretário de Orçamento e Finanças

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 55, DE 29 DE JANEIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no § 6º do artigo 39 da Constituição Federal, na Resolução nº 515, de 2 de janeiro de 2014, do Supremo Tribunal Federal e no artigo 6º da Resolução nº 14/2006, do Conselho Nacional de Justiça, resolve:

Tornar públicos, conforme Anexos I a V, os valores das gratificações eleitorais de membros da Magistratura e do Ministério Público, das remunerações dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores da Justiça Eleitoral.

Min. MARCO AURÉLIO

ANEXO I

GRATIFICAÇÕES ELEITORAIS  
(Lei nº 8.350/1991, Lei nº 11.143/2005 e Resolução-STF nº 515/2014)

Gratificação de Presença (JETON)	Por Sessão (R\$)
Membros do TSE e Procurador-Geral Eleitoral	883,87
Membros do TRE e Procurador Regional Eleitoral	797,69
Gratificação Mensal (R\$)	
Juiz Eleitoral e Promotor Eleitoral	4.041,63

ANEXO II

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS  
(Lei nº 11.416/2006 com alteração dada pela Lei nº 12.774/2012)

Cargo	Classe	Padrão	Vencimento	Vigência			
				De 1º/1 a 31/12/2014		A partir de 1º/1/2015	
				GAJ (75,2%)	Remuneração	GAJ (90%)	Remuneração
Analista Judiciário	C	13	6.957,41	5.231,97	12.189,38	6.261,67	13.219,08
		12	6.754,77	5.079,59	11.834,36	6.079,29	12.834,06
		11	6.558,03	4.931,64	11.489,67	5.902,23	12.460,26
		10	6.367,02	4.788,00	11.155,02	5.730,32	12.097,34
		9	6.181,57	4.648,54	10.830,11	5.563,41	11.744,98
		8	5.848,22	4.397,86	10.246,08	5.263,40	11.111,62
	B	7	5.677,88	4.269,77	9.947,65	5.110,09	10.787,97
		6	5.512,51	4.145,41	9.657,92	4.961,26	10.473,77
		5	5.351,95	4.024,67	9.376,62	4.816,76	10.168,71
		4	5.196,07	3.907,44	9.103,51	4.676,46	9.872,53
		3	4.915,86	3.696,73	8.612,59	4.424,27	9.340,13
		2	4.772,68	3.589,06	8.361,74	4.295,41	9.068,09
		1	4.633,67	3.484,52	8.118,19	4.170,30	8.803,97
Técnico Judiciário	13	4.240,47	3.188,83	7.429,30	3.816,42	8.056,89	
	12	4.116,96	3.095,95	7.212,91	3.705,26	7.822,22	
	11	3.997,05	3.005,78	7.002,83	3.597,35	7.594,40	
	10	3.880,63	2.918,23	6.798,86	3.492,57	7.373,20	
	9	3.767,60	2.833,24	6.600,84	3.390,84	7.158,44	
	8	3.564,43	2.680,45	6.244,88	3.207,99	6.772,42	
	7	3.460,61	2.602,38	6.062,99	3.114,55	6.575,16	



A	6	3.359,82	2.526,58	5.886,40	3.023,84	6.383,66
	5	3.261,96	2.452,99	5.714,95	2.935,76	6.197,72
	4	3.166,95	2.381,55	5.548,50	2.850,26	6.017,21
	3	2.996,17	2.253,12	5.249,29	2.696,55	5.692,72
	2	2.908,90	2.187,49	5.096,39	2.618,01	5.526,91
	1	2.824,17	2.123,78	4.947,95	2.541,75	5.365,92

GAJ: Gratificação Judiciária

## ANEXO III

## TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS

(Especialidade Segurança - Lei nº 11.416/2006 com alteração dada pela Lei nº 12.774/2012)

Cargo	Classe	Padrão	Vencimento	GAS	Vigência				
					De 1º/1 a 31/12/2014		A partir de 1º/1/2015		
					GAJ (75,2%)	Remuneração	GAJ (90%)	Remuneração	
Analista Judiciário	C	13	6.957,41	2.435,09	5.231,97	14.624,47	6.261,67	15.654,17	
		12	6.754,77	2.364,17	5.079,59	14.198,53	6.079,29	15.198,23	
		11	6.558,03	2.295,31	4.931,64	13.784,98	5.902,23	14.755,57	
	B	10	6.367,02	2.228,46	4.788,00	13.383,48	5.730,32	14.325,80	
		9	6.181,57	2.163,55	4.648,54	12.993,66	5.563,41	13.908,53	
		8	5.848,22	2.046,88	4.397,86	12.292,96	5.263,40	13.158,50	
		7	5.677,88	1.987,26	4.269,77	11.934,91	5.110,09	12.775,23	
		6	5.512,51	1.929,38	4.145,41	11.587,30	4.961,26	12.403,15	
	A	5	5.351,95	1.873,18	4.024,67	11.249,80	4.816,76	12.041,89	
		4	5.196,07	1.818,62	3.907,44	10.922,13	4.676,46	11.691,15	
		3	4.915,86	1.720,55	3.696,73	10.333,14	4.424,27	11.060,68	
		2	4.772,68	1.670,44	3.589,06	10.032,18	4.295,41	10.738,53	
	Técnico Judiciário	C	13	4.240,47	1.484,16	3.188,83	8.913,46	3.816,42	9.541,05
			12	4.116,96	1.440,94	3.095,95	8.653,85	3.705,26	9.263,16
11			3.997,05	1.398,97	3.005,78	8.401,80	3.597,35	8.993,37	
B		10	3.880,63	1.358,22	2.918,23	8.157,08	3.492,57	8.731,42	
		9	3.767,60	1.318,66	2.833,24	7.919,50	3.390,84	8.477,10	
		8	3.564,43	1.247,55	2.680,45	7.492,43	3.207,99	8.019,97	
		7	3.460,61	1.211,21	2.602,38	7.274,20	3.114,55	7.786,37	
		6	3.359,82	1.175,94	2.526,58	7.062,34	3.023,84	7.559,60	
A		5	3.261,96	1.141,69	2.452,99	6.856,64	2.935,76	7.339,41	
		4	3.166,95	1.108,43	2.381,55	6.656,93	2.850,26	7.125,64	
		3	2.996,17	1.048,66	2.253,12	6.297,95	2.696,55	6.741,38	
		2	2.908,90	1.018,12	2.187,49	6.114,51	2.618,01	6.545,03	
1		2.824,17	988,46	2.123,78	5.936,41	2.541,75	6.354,38		

GAJ: Gratificação Judiciária

GAS: Gratificação de Atividade de Segurança

## ANEXO IV

## CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL E OPÇÃO

(Lei nº 11.416/2006 com alteração dada pela Lei nº 12.774/2012)

CARGO EM COMISSÃO	INTEGRAL	OPÇÃO
CJ-4	11.686,76	7.596,39
CJ-3	10.352,52	6.729,14
CJ-2	9.106,74	5.919,38
CJ-1	7.945,86	5.164,81

## ANEXO V

## FUNÇÕES COMISSONADAS

(Lei nº 11.416/2006 com alteração dada pela Lei nº 12.774/2012)

FUNÇÕES COMISSONADAS	
FC-6	3.072,36
FC-5	2.232,38
FC-4	1.939,89
FC-3	1.379,07
FC-2	1.185,05
FC-1	1.019,17

## PORTARIA Nº 52, DE 29 DE JANEIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e conforme o Procedimento Administrativo nº 7.342/2013, resolve:

tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2013, nos termos do Anexo desta Portaria.

Min. MARCO AURÉLIO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	170.681	8.040
Pessoal Ativo	131.479	4.851
Pessoal Inativo e Pensionistas	39.202	3.189
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3 7.268	4.939
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.231	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	62	4.606
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	34.976	333
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1 33.412	3.101
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)		1 3 6.513

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	6 56.094.218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,02 0807
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,043 887
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,041 693
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,0 39498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 17/jan/2014 e hora de emissão 15h.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANÇEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c)=(a-b)
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1	1	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	3.509	1.142	2.367
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	1.924	1.963	(39)
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.029	-	6.029
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	11.463	3.106	8.357
0100 - Recursos Ordinários	605.555	393.541	212.013
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	40.846	18.498	22.348
0150 - Recursos Não financeiros Diretamente Arrecadados	12.112	-	12.112
0190 - Recursos Diversos	46	-	46
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	4.943	-	4.943
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	1.382	-	1.382
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	7	-	7
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	46	(46)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	664.891	412.085	252.806
TOTAL (III) = (I + II)	676.354	415.190	261.163

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>			
	5.433	3.105	2.328

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 17/jan/2014 e hora de emissão 15h.

<sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas: 1. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

2. O valor negativo da disponibilidade de caixa líquida na fonte 0169 será garantido pelo valor excedente na fonte 0156.

3. O valor negativo da disponibilidade de caixa líquida nos "Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso" trata-se de obrigações com depósitos de terceiros vinculados à fonte 0190.

4. Estão incluídos os valores do órgão setorial de programação financeira (UG 070026), em atendimento ao item nº 9.4.4 do Acórdão TCU nº 1573/2006, conforme abaixo:

Limite de Saque com Vinculação Pagto = R\$ 641.414 mil.

Recursos a Receber para Pagamento de RP = R\$ 95 mil.

Valores Diferidos - Ativo = R\$ 6 mil.

Recursos a Liberar para Pagamento de RP = R\$ 361.048 mil.

Valores Diferidos - Passivo = R\$ 81.989 mil.